

Domingo, 24 de Novembro de 2024

Braga Netto diz que 'nunca se tratou de golpe' e nem de 'plano de assassinar alguém'

INDICIADO PELA PF

g1

O general Braga Netto negou neste sábado (23) que tenha participado de uma tentativa de golpe de Estado e, também, de assassinato. Essa é sua primeira manifestação pública sobre o assunto.

Ex-ministro da Defesa e candidato a vice-presidente de Jair Bolsonaro (PL), Braga Netto foi indiciado nesta semana pela Polícia Federal, juntamente com Bolsonaro e ex-integrantes de seu governo, por tramarem um golpe de Estado no país.

Eles são suspeitos dos crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa (veja abaixo as penas para cada um desses crimes). Ao todo, a lista tem 37 nomes.

"Nunca se tratou de golpe, e muito menos de plano de assassinar alguém. Agora parte da imprensa surge com essa tese fantasiosa e absurda de 'golpe dentro do golpe'. Haja criatividade...", escreveu Braga Netto, em rede social.

O inquérito da Polícia Federal aponta uma organização criminosa que atuou de forma coordenada na tentativa de golpe para manter Bolsonaro após derrota na eleição de 2022.

A investigação começou no ano passado e foi concluída dois dias após a Polícia Federal (PF) prender 4 militares e um policial federal acusados de tentar matar Lula, Alckmin e Moraes.

Além de Braga Netto, também foram indiciados:

- * o ex-presidente Jair Bolsonaro;
- * o general da reserva Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI);
- * o policial federal Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Informações (Abin);
- * e Valdemar da Costa Neto, presidente do Partido Liberal (PL), legenda de Bolsonaro.

O relatório final do inquérito, que tem mais de 800 páginas, foi concluído no início da tarde e vai ser entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF). A investigação é um desdobramento do inquérito sobre a atuação das milícias digitais que, segundo a PF, se organizaram para atacar a democracia e o Estado democrático de Direito.

Caberá à Procuradoria-geral da República (PGR) denunciar ou não os indiciados ao Supremo. Caso a Corte aceite a denúncia, eles se tornam réus e serão julgados.

Veja as penas previstas:

- * Golpe de Estado: 4 a 12 anos de prisão;
- * Abolição violenta do Estado democrático de Direito: 4 a 8 anos de prisão;
- * Integrar organização criminosa: 3 a 8 anos de prisão.

Além do inquérito sobre o golpe de estado, Bolsonaro também já foi indiciado neste ano em outras duas investigações da Polícia Federal: o caso das joias sauditas e a fraude no cartão de vacinas.

6 núcleos golpistas

As investigações apontaram que os investigados se estruturaram por meio de divisão de tarefas e que se dividiram em 6 núcleos golpistas que se articularam para derrubar à força o Estado Democrático de Direito:

- * Núcleo de Desinformação e Ataques ao Sistema Eleitoral;
- * Núcleo Responsável por Incitar Militares a Aderirem ao Golpe de Estado;
- * Núcleo Jurídico;
- * Núcleo Operacional de Apoio às Ações Golpistas;
- * Núcleo de Inteligência Paralela;
- * Núcleo Operacional para Cumprimento de Medidas Coercitivas